



## Usuários elogiam ciclovia em depoimentos na Câmara

Integrantes da Aciclomont defendem obra no processo de Impeachment

■ Márcio Reinheimer  
marcio@jornalibia.com.br

Teve seguimento, na tarde desta quarta-feira, o processo de Impeachment

■ Márcio Reinheimer  
marcio@jornalibia.com.br

Teve seguimento, na tarde desta quarta-feira, o processo de Impeachment do prefeito Paulo Azeredo, em tramitação na Câmara de Vereadores. Na pauta, os depoimentos de mais quatro testemunhas arroladas pela defesa. Duas delas, o advogado Paulo Renato Petry e o comerciante Dairon Rodrigo Nicolau, são integrantes da Associação Ciclistas Montenegrina (Aciclomont) e voltaram a defender a obra, em cuja implantação teriam ocorrido irregularidades. Ambos disseram que o espaço cumpre a sua função com segurança.

Petry repetiu o que já havia dito em entrevistas à imprensa e em reuniões sobre o tema. Admite que a colocação ocorreu num lugar "inusitado" - no meio da rua - mas não faz reparos à sua funcionalidade. Ele explica que, da forma como está, os usuários podem ser avistados a mais de 300 metros de distância pelos condutores, assim como eles também enxergam os carros de longe, o que torna o uso absolutamente seguro.

O advogado sabe que, originalmente, havia planos



ADVOGADO Paulo Renato Petry



EMPRESÁRIO Dairon Rodrigo Nicolau

de colocação da ciclovia na Rua Bento Gonçalves, mas pondera que, lá, teria pouco uso, especialmente porque ficaria longe das vias com maior comércio. Na época, inclusive, teria alertado o então diretor de Trânsito do Município, Edar Borges Machado, a respeito. Petry também lamentou a saída dele da Administração Municipal, ao dizer que se reuniram algumas vezes, em caráter informal, para trocar ideias sobre o assunto.

O vereador Renato Antônio Kranz (PMDB), relator do processo de Impeachment, perguntou ao depoente se ele conhecia detalhes do Plano de Mobilidade Urbana, elaborado em 2010, na gestão Percival. E se sabia, por exemplo, que ali está contem-



plada a construção de 32 quilômetros de ciclovias em Montenegro. Petry respondeu que desconhece detalhes do estudo, tampouco participou das audiências públicas realizadas naquele momento. A testemunha ainda foi perguntada se, na sua opinião, não deveriam ter ocorrido novas reuniões com a comunidade antes de a Administração alterar este trabalho. Petry limitou-se a responder que a Aciclomont quer ciclovias e que planejamento e estudos são condições sine

qua non (indispensáveis, essenciais) a qualquer ação de trânsito.

O comerciante do ramo de bicicletas Dairon Rodrigo Nicolau, que nas redes sociais vem batendo forte nos vereadores pela abertura do processo de Impeachment, ontem teve uma postura bem mais mansa. Para ele, a ciclovia da Rua Capitão Cruz não prejudicou o trânsito e nem o comércio, pois preservou o espaço do estacionamento para os veículos e ainda agregou ao local um público novo, composto pelos ciclistas. "Também não vejo perigo. O carro te vê no meio da pista. Me sinto seguro", garantiu. Dairon confessou que não conhece o Plano de Mobilidade Urbana, alterado pela Administração Municipal.



**MOTORISTA**  
do Samu, Cláudio diz que a ciclovia na Capitão Cruz não prejudicou o seu trabalho

### SEM PROBLEMAS

Motorista socorrista do Samu/Salvar, Cláudio Batista da Rocha também testemunhou a favor do prefeito Paulo Azeredo. Ele está na atividade há nove anos e já participou do salvamento de muitos ciclistas acidentados, mas não lembra de nenhum caso na Rua Capitão Cruz depois da instalação da ciclovia, em janeiro. Cláudio garantiu que os condutores do Samu estão preparados para superar eventuais dificuldades geradas pelos quebra-molas e pelos divisores de pista usados na obra. "O trabalho segue normalmente, asseguro."



**JUIZ** Rui Simões Filho recebeu pedido de parecer sobre a obra, mas não atendeu o prefeito

### PEDIDO DE PARECER

### PEDIDO DE PARECER

O juiz aposentado Rui Simões Filho, igualmente arrolado pela defesa, informou à comissão que tomou conhecimento da construção da ciclovia pelos jornais. No início do ano, ele estava no Rio de Janeiro quando recebeu um telefonema do prefeito. Azeredo queria um parecer jurídico sobre a obra, diante da ordem judicial para suspender a implantação. O magistrado declarou que, ao deixar o Judiciário, não se habilitou para advogar e, por isso, não poderia atender qualquer solicitação neste sentido. Antes disso, a convite de Azeredo, Rui já havia estado no Palácio Rio Branco, quando recebeu convite para assumir o cargo de procurador geral do Município ou uma assessoria junto ao gabinete, recusados pelo mesmo motivo.

### OS PRÓXIMOS

O advogado João Elias Bragatto, que defende o prefeito Paulo Azeredo no processo de Impeachment, apresentou dois requerimentos na tarde de ontem. Quer que a comissão ouça novamente o ex-diretor de Trânsito do Município, Edar Borges Machado, e convide para depor o representante comercial Luis Henrique Soares de Melo, autor do requerimento de cassação. Ambas as solicitações foram deferidas e os depoimentos marcados para a próxima segunda-feira, às 14 horas. Na oportunidade, deve ser ouvido também o deputado federal Pompeo de Mattos, presidente estadual do PDT.

### AUSÊNCIA DE DOLO

O promotor aposentado Ernesto Arno Lauer pede um esclarecimento a respeito da matéria publicada ontem sobre seu depoimento na Câmara. Ele diz que, ao contrário do que pareceu, não defendeu a inexistência de improbidade na instalação da ciclovia. "Somente me manifestei sobre três tópicos e não sobre todo o processo, alertando que havia dotação orçamentária para a obra e que o fato do prefeito não ter ouvido o diretor de Trânsito e o Conselho de Trânsito constitui irregularidade, mas não dolo. Somente nestas duas circunstâncias acho ausente o dolo", ressaltou.